

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS**  
**E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO**

**PROVA ORAL/MALOTE 2**

**GRUPO 3 – DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO 1**

Acerca do poder constituinte originário e do poder constituinte derivado, responda aos seguintes questionamentos.

- 1 Qual é a relação entre o poder constituinte originário e a supremacia da Constituição Federal de 1988?
  - 2 Os municípios possuem poder derivado decorrente, segundo a doutrina majoritária? Justifique.
-

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS  
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO**

**PROVA ORAL/MALOTE 2**

**GRUPO 3 – DIREITO CIVIL**

**QUESTÃO 2**

Defina, de acordo com a doutrina, o instituto jurídico da posse e aponte as diferenças existentes entre posse e propriedade.

---

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS**  
**E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO**

**PROVA ORAL/MALOTE 2**

**GRUPO 3 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 3**

---

Considere a seguinte situação hipotética:

Uma empresa formalizou contrato administrativo com determinado estado. Posteriormente, sob o fundamento de aumento de encargos trabalhistas em razão de dissídio coletivo envolvendo seus empregados, ajuizou ação pleiteando a revisão do preço contratado.

---

Em face dessa situação hipotética, atenda, de forma justificada, ao que se pede a seguir.

- 1 Cite pelo menos cinco características do contrato administrativo.
  - 2 Discorra sobre a viabilidade, ou não, de autorização judicial para a revisão do preço contratado.
  - 3 Comente sobre a distinção entre o reajuste e a revisão de preço contratual.
-

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
CONCURSO PÚBLICO: OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DE NOTAS  
E DE REGISTRO DO FORO EXTRAJUDICIAL – PROVIMENTO**

**PROVA ORAL/MALOTE 2**

**GRUPO 3 – REGISTROS PÚBLICOS**

**QUESTÃO 4**

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado casal adquiriu, por meio de financiamento bancário, um apartamento, que foi dado em garantia fiduciária. Após a quitação, a instituição financeira expediu o documento de autorização para baixa da alienação fiduciária no registro de imóveis competente. O casal compareceu ao cartório de notas para solicitar o cancelamento da alienação fiduciária, apresentando todos os documentos pessoais e os do imóvel, incluído o termo de quitação.

Em face dessa situação hipotética, responda, com fundamento na legislação e nos princípios do direito registral e notarial, se a documentação apresentada é suficiente para que o tabelião lavre a escritura do apartamento.